

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.956 - MG (2018/0315510-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **JOSÉ RIBEIRO NAVES - ESPÓLIO**
REPR. POR : **LORENZO GUILHERME NAVES - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **VINICIOS LEONCIO - MG053293**
 MARIA CLEUSA DE ANDRADE - MG087037
 LEONARDO SOARES TITO - MG117067
RECORRIDO : **ESTER ABDO GARCES PEREIRA**
ADVOGADOS : **CÉSAR LUIZ MENEZES - MG032352**
 CÉSAR NILZIO COSTA LIBÂNIO MENEZES - MG119420

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE REVISÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECLUSÃO AFASTADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo espólio de José Ribeiro Naves, representado pelo inventariante Lorenzo Guilherme Naves, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais assim ementado (e-STJ, fl. 944):

APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA DECLARATÓRIA - EMPRÉSTIMO ENTRE PARTICULARES - JUROS - DECRETO 22.626/33 - REVISÃO - REDUÇÃO.

1. Comprovada a existência da relação jurídica entre as partes, concernente a empréstimo de dinheiro entre particulares, devem os juros referente à dívida discutida ser limitados a 1% ao mês, nos termos da inteligência contida no Decreto 22.626/33.
2. Preliminares de inépcia da inicial, de ilegitimidade ativa e de impossibilidade jurídica do pedido afastadas.
3. Prefacial de mérito, afastada.
4. Recurso não provido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o insurgente alega ofensa aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; 473 e 745 do CPC/1973, além da existência de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, a negativa de prestação jurisdicional e a ocorrência da preclusão do direito da recorrida pelo ajuizamento de ação declaratória para discussão de matéria afeta a embargos à execução.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.046-1.061 (e-STJ).

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

No tocante à suposta negativa de prestação jurisdicional, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assinala-se que o acórdão recorrido expressamente enfrentou as questões suscitadas pelo recorrente, notadamente acerca da preclusão, tratando-se, na verdade, de pretensão de novo julgamento das matérias.

Desse modo, aplica-se à espécie o entendimento pacífico do STJ segundo o qual "não se configura a ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada" (REsp n. 1.638.961/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017).

Confira-se o seguinte trecho do acórdão recorrido (e-STJ, fls. 948-949):

Com efeito, no que concerne à alegação de preclusão do direito da autora em discutir as eventuais irregularidades do título de crédito indicado na peça de ingresso e que embasa a execução que lhe foi proposta pelo requerido, tal não ocorre, porquanto o fato de não haver deduzido embargos à aludida execução, não obsta que proponha ação com vistas a defender eventual direito seu atinente a suposto vício do título, ainda que de forma parcial.

Dessa forma, passada a oportunidade de o devedor de se defender na ação de execução, através de embargos, não lhe resta alternativa, senão a de buscar sua defesa, através de outra ação, como ocorre na questão em espécie, que visa a revisão do título de crédito executado, evidenciando-se, pois, a necessidade e utilidade do provimento almejado com a causa, já que não ocorrida a apreciação

judicial em relação à nulidade do título por vício em sua origem, não ocorrendo a sua preclusão, não havendo falar em coisa julgada material quanto a questão.

Nesse sentido, também esclarecedora, acerca da possibilidade do devedor da ação de execução exercer sua defesa em outras ações, é a lição de NELSON NERY JÚNIOR e ROSA MARIA DE ANDRADE NERY:

'O devedor pode, ainda, opor-se à execução por meio de ação autônoma. Ultrapassado o prazo legal sem que se tenha oposto embargos, não sendo mais possível opor exceção ou objeção de executividade, o devedor não mais poderá defender-se no processo de execução. Contudo, como ainda não perdeu o direito material subjacente, poderá ajuizar ação autônoma para discutir a existência, validade ou eficácia do título ou dos atos de execução. No mesmo sentido: José Rogério Cruz e Tucci, *Ajuris* 61/99 (especialmente p.107 e ss.); Araken de Assis, *Execução*, §112, n.459, pp.1288/1289. Quando já tiverem sido julgados improcedentes os embargos, ainda assim caberá, em tese, ação autônoma pelo devedor, visando atacar o título ou a execução, tudo dependendo da causa de pedir dos embargos, pois a sentença de improcedência nada mais faz do que declarar que o direito pleiteado nos embargos não existe, mas não afirma a existência de razão em favor do credor.

Assim, é admissível o ajuizamento de ação autônoma pelo devedor, na qual se discuta coisa diversa da que fora objeto dos embargos julgados improcedentes. Neste sentido: Cruz e Tucci, *Ajuris* 61/117.' (Código de Processo Civil Comentado, 10ª ed., Ed. RT, p.1076). (g.m)

Destarte, diante da adequação da ação promovida para discutir eventual vício do título de crédito executado, impõe-se, portanto, o afastamento da preliminar de carência de ação, bem como falta de interesse de agir, acrescentando-se que a inicial se revela apta a amparar o procedimento, já que se submete a todos os requisitos do artigo 282 do CPC/1973, vigente à época da propositura do feito, bem como porque não se pode falar em falta de legitimidade ativa, já que a cartula foi emitida pela autora.

Destarte, o acórdão recorrido encontra-se em perfeita harmonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de que a ausência de oposição dos embargos à execução não acarreta a preclusão.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO PARA DISCUSSÃO EM PARALELO À PRÓPRIA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL A QUE SE REFERE. PRECEDENTES.

1. Esta Corte Superior possui orientação de que *"a validade e eficácia do título executivo extrajudicial podem ser objeto de posterior ação de conhecimento, quando na execução não forem opostos embargos do devedor, e, igualmente, quando tais embargos, embora opostos, não foram recebidos ou apreciados em seu mérito, incorrendo a preclusão e a coisa julgada material (AgReg no AG nº 176552/SP, 4ª Turma, Rel. Min. SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ de 02/05/2000, e AgReg no AG nº 8089/SP, 4ª Turma, Rel. Min. ATHOS CARNEIRO, DJ de 20/05/1991)"* (REsp 336.995/PR, Rel. Ministro **JOSÉ DELGADO**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2001, DJ de 4/2/2002).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 97.608/MG, Relator Min. RAUL ARAÚJO, DJe 4/12/2013)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. EXECUÇÃO FISCAL. AÇÃO ANULATÓRIA. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS. POSSIBILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO DESCONSTITUTIVA POSTERIOR. COISA JULGADA MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. Inexiste violação dos arts. 458 e 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. Discute-se nos autos o cabimento de ação declaratória em que se intenta desconstituir o título executivo, ante o excesso de execução, bem como a ocorrência da preclusão, quando não opostos os embargos à execução.

3. Esta Corte possui entendimento sedimentado no sentido de que, no curso do processo de execução, não há impedimento a que seja ajuizada ação tendente a desconstituir o título em que aquela fundamenta-se. Todavia, carecendo a ação da eficácia própria dos embargos, a execução prosseguirá, salvo se admitida a antecipação de tutela, desde que preenchidos os requisitos básicos da fumaça do bom direito e do perigo na demora, o que ocorreu *in casu*.

4. Conforme iterativos precedentes desta Corte, a não oposição dos embargos à execução não acarreta a preclusão, porquanto esta opera dentro do processo, não atingindo outros que possam ser instaurados, o que é próprio da coisa julgada material.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 31.488/PR, Relator Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 26/9/2011)

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor

Superior Tribunal de Justiça

dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) do proveito econômico.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator